

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS  
GERAIS - *CAMPUS* SÃO JOÃO EVANGELISTA  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

Pedro Henrique Fagundes Ayres Vieira

**UM ESTUDO CRÍTICO DO MODELO APAC A PARTIR DA UNIDADE DE  
GUANHÃES (MG)**

São João Evangelista

2026

PEDRO HENRIQUE FAGUNDES AYRES VIEIRA

**UM ESTUDO CRÍTICO DO MODELO APAC A PARTIR DA UNIDADE DE  
GUANHÃES (MG)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso Bacharelado em Administração do Instituto Federal de Minas Gerais - *Campus* São João Evangelista para obtenção do grau de bacharel em Administração.

Orientador: Professor Dra. Paula Cristina de Moura Fernandes

São João Evangelista

2026

---

V658e Vieira, Pedro Henrique Fagundes Ayres.

Um estudo crítico do modelo APAC a partir da unidade de  
Guanhães (MG). /Pedro Henrique Fagundes Ayres Vieira. – 2026.

42f.;il.

Orientadora: Paula Cristina de Moura Fernandes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração)  
– Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* São João Evangelista,  
2026.

1. Ressocialização. 2. Sistema prisional. 3. Políticas públicas.  
I. Fernandes, Paula Cristina de Moura. II. Instituto Federal de Minas  
Gerais. *Campus* São João Evangelista. III. Título.

CDD 365.6

---


Catálogo: Rejane Valéria Santos - CRB-6/2907

Pedro Henrique Fagundes Ayres Vieira

**UM ESTUDO CRÍTICO DO MODELO APAC A PARTIR DA UNIDADE DE  
GUANHÃES (MG)**


Trabalho de conclusão de curso apresentado ao  
Curso Bacharelado em Administração do Instituto  
Federal de Minas Gerais - *Campus* São João  
Evangelista para obtenção do grau de bacharel em  
Administração.

Aprovado em: 03 / 02 / 2026 pela banca examinadora:

Documento assinado digitalmente  
 PAULA CRISTINA DE MOURA FERNANDES  
Data: 05/03/2026 17:51:55-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof. Dra. Paula Cristina de Moura Fernandes – IFMG-SJE (Orientador)

Documento assinado digitalmente  
 JACQUELINE DE ALMEIDA BARBOSA FRANCO  
Data: 05/03/2026 18:32:05-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Me. Jacqueline de Almeida Barbosa Franco – IFMG-SJE

Documento assinado digitalmente  
 LAURA MARTINS MARQUES  
Data: 05/03/2026 17:55:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Laura Martins Marques (Externo)

## RESUMO

Este trabalho analisa criticamente a experiência da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) a partir da unidade de Guanhães (MG), discutindo seus limites, potencialidades e contradições enquanto alternativa ao sistema prisional comum. Partindo de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e crítico, realiza-se um estudo de caso que triangula três estratégias: (i) questionário estruturado aplicado a 34 participantes (recuperandos, funcionários, professores e voluntários); (ii) análise documental (manuais, regulamentos e relatórios institucionais); e (iii) observação direta registrada em diário de campo ao longo de seis meses. O referencial teórico dialoga com autores que discutem punição, ressocialização e controle social, problematizando a promessa de humanização da pena à luz de limites materiais e institucionais. Os resultados indicam reconhecimento majoritário de que a unidade administra relativamente bem seus desafios e de que espiritualidade, trabalho e estudo contribuem para a rotina e para processos de reconstrução subjetiva. Por outro lado, emergem tensões importantes: insuficiência de recursos financeiros, materiais e humanos; dependência de parcerias; preconceito social; e apoio estatal instável. A adesão ao discurso de ressocialização aparece também como requisito de permanência e progressão, evidenciando mecanismos de controle moral e disciplinar. Conclui-se que o método APAC, embora proporcione condições mais dignas de cumprimento de pena em comparação ao cárcere tradicional, opera dentro dos limites do próprio sistema penal, demandando políticas públicas estruturantes, financiamento estável e redes de acolhimento ao egresso para que seus efeitos sejam duradouros.

**Palavras-chave:** APAC. Ressocialização. Sistema prisional. Políticas públicas. Guanhães (MG).

## ABSTRACT

This study provides a critical analysis of the Brazilian APAC method based on the Guanhães (MG) unit, discussing its limits, strengths, and contradictions as an alternative to the ordinary prison system. Using a qualitative, exploratory and critical approach, it conducts a case study that triangulates three strategies: (i) a structured questionnaire applied to 34 participants (inmates, staff, teachers and volunteers); (ii) documentary analysis (manuals, regulations and institutional reports); and (iii) direct observation recorded in a field diary over six months. The theoretical framework engages with authors on punishment, resocialization and social control, problematizing the promise of penal humanization in light of material and institutional constraints. Results show a majority recognition that the unit manages its challenges relatively well and that spirituality, work and study contribute to daily routines and to processes of subjective reconstruction. However, key tensions arise: insufficient financial, material and human resources; dependence on partnerships; social stigma; and unstable state support. Adherence to the resocialization discourse also appears as a requirement for remaining and progressing in the unit, revealing mechanisms of moral and disciplinary control. We conclude that, although APAC provides more dignified conditions of sentence serving than traditional prisons, it still operates within the limits of the penal system, demanding structural public policies, stable funding and reintegration networks to produce lasting effects.

**Keywords:** APAC. Resocialization. Prison system. Public policies. Guanhães (MG).

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil do entrevistado .....	22
Gráfico 2 – Principais desafios estruturais são bem administrados pela unidade.....	23

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Dificuldades .....27

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1.1</b>	<b>Objetivos</b> .....	12
<b>1.1.1.</b>	<b>Objetivo Geral</b> .....	<b>12</b>
<b>1.1.2.</b>	<b>Objetivos Específicos</b> .....	<b>12</b>
<b>1.2.</b>	<b>Justificativa</b> .....	13
<b>2.</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	15
<b>2.1.</b>	<b>As Contradições do Sistema Prisional Brasileiro</b> .....	15
<b>2.2.</b>	<b>Necropolítica e Violência Institucional</b> .....	15
<b>2.3.</b>	<b>A Proposta da APAC: Humanização e Limites</b> .....	16
<b>2.4.</b>	<b>Críticas ao Modelo APAC</b> .....	16
<b>2.5.</b>	<b>Ressocialização: Discurso ou Inclusão Real?</b> .....	17
<b>3.</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	18
<b>3.1.</b>	<b>Tipo de Pesquisa</b> .....	18
<b>3.2.</b>	<b>Técnicas de Coleta de Dados</b> .....	18
<b>3.3.</b>	<b>Levantamento Bibliográfico</b> .....	19
<b>3.4.</b>	<b>Procedimentos de Análise</b> .....	19
<b>3.5.</b>	<b>Aspectos Éticos</b> .....	20
<b>4.</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	21
<b>4.1.</b>	<b>Perfil dos participantes</b> .....	21
<b>4.2.</b>	<b>Estrutura, recursos e gestão dos desafios</b> .....	22
<b>4.3.</b>	<b>Espiritualidade, trabalho, estudo e impacto na ressocialização</b> .....	24
<b>4.4.</b>	<b>Dificuldades, contradições e propostas de melhoria</b> .....	27
<b>4.5.</b>	<b>Análise dos resultados</b> .....	29
<b>5.</b>	<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b> .....	31
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	35

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

39

**ANEXO A – Questionário – Pesquisa TCC ..... 40**

## 1. INTRODUÇÃO

O sistema prisional brasileiro enfrentou inúmeros desafios de ordem estrutural, social e institucional, os quais comprometeram seriamente sua função principal: a ressocialização das pessoas privadas de liberdade. Historicamente marcado por políticas de encarceramento em massa, o Brasil figurou entre os países com as maiores populações carcerárias do mundo.

De acordo com os Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário – 17º Ciclo do SISDEPEN, referentes ao período de julho a dezembro de 2024, o país registrava um total de 670.267 pessoas privadas de liberdade, das quais 641.128 eram homens e 29.139 eram mulheres. No entanto, a capacidade total do sistema prisional brasileiro era de apenas 494.379 vagas, o que resultava em um déficit de 175.886 vagas. Segundo Pereira (2017), as condições precárias e as violações de direitos humanos nos presídios brasileiros persistiram de forma contínua ao longo dos anos, revelando a incapacidade do Estado em enfrentar estruturalmente o problema.

De acordo com Macedo (2020), o sistema penitenciário brasileiro apresentava sérias falhas estruturais e sociais, sendo frequentemente comparado a um “depósito de pessoas”, sem oferecer condições adequadas para a ressocialização. Superlotação falta de higiene, ausência de assistência médica e a violência dentro das unidades contribuíam para a degradação da dignidade humana, tornando o ambiente carcerário um espaço que reproduzia e até aperfeiçoava a criminalidade, em vez de combatê-la. “O sistema prisional brasileiro é marcado por uma lógica de exclusão social, em que a prisão funciona como um instrumento de seletividade penal, atingindo preferencialmente jovens, negros e pobres” (DÓRIA, 2020, p. 8).

A ressocialização no Brasil constituiu um direito de todas as pessoas privadas de liberdade, estando prevista na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), que estabeleceu diretrizes para o tratamento do apenado, enfatizando a individualização da pena e o respeito à dignidade humana. Segundo Adorno (2012), essas políticas enfrentaram diversos desafios, como a superlotação das prisões, a escassez de recursos financeiros, o preconceito social e a dificuldade de articulação entre os entes governamentais. Para superar tais obstáculos, fez-se necessário o fortalecimento de políticas públicas, investimentos contínuos e o reconhecimento de que a ressocialização foi essencial para a promoção da justiça, da segurança e da cidadania.

De acordo com Saraiva (2006), as políticas públicas puderam ser compreendidas

como um conjunto de decisões organizadas pelo poder público, voltadas à intervenção em diferentes áreas da vida social, com o objetivo de manter ou transformar determinadas realidades. Essas ações, planejadas e orientadas por metas e estratégias, buscaram garantir direitos constitucionais e promover a melhoria da qualidade de vida da população.

Partindo dessa premissa de que era necessário estabelecer políticas públicas para assegurar direitos constitucionais, surgiu a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), uma Organização Não Governamental (ONG) fundada por voluntários liderados por Mário Ottoboni, no ano de 1972, na cidade de São José dos Campos/SP.

As APACs se inseriram nesse contexto como uma forma de minimizar os impactos do sistema prisional tradicional e esteve vinculada à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), entidade reconhecida como de utilidade pública, responsável por coordenar, fiscalizar e garantir a unidade de princípios e objetivos entre as associações. A FBAC teve como função orientar, acompanhar e assegurar a padronização do método APAC em todo o território nacional (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2016).

O método APAC despertou diferentes interpretações na literatura. Para autores como Almeida e Oliveira (2024), Nascimento e Rodrigues (2020) e Ferreira (2015), a proposta mostrou-se eficaz ao priorizar a dignidade humana e oferecer condições mais favoráveis à ressocialização, como trabalho, estudo e apoio espiritual.

Embora o modelo apaqueano tenha apresentado resultados promissores e tenha sido apontado como uma alternativa viável ao sistema penitenciário tradicional, sua aplicação não esteve isenta de críticas e contradições. Estudos como o de Rudnicki (2021) alertaram para a possibilidade de que, mesmo em formatos mais “humanos”, práticas de controle e moralização se mantivessem sob novas formas. Assim, tornou-se essencial investigar em que medida o discurso da ressocialização correspondeu à realidade vivenciada nas unidades APAC, especialmente naquelas com menor suporte institucional e recursos, como foi o caso da unidade localizada em Guanhães (MG).

Partindo dessa problemática, esta pesquisa propôs um estudo crítico da APAC de Guanhães, buscando compreender os desafios, limitações e contradições que atravessaram sua rotina. A partir da ótica da Administração Pública, a proposta consistiu em refletir sobre a efetividade do modelo enquanto política pública de execução penal, questionando em que medida ele representou uma alternativa ao encarceramento convencional ou configurou uma nova forma de legitimação da exclusão sob um discurso de humanização. Ao fazê-lo, pretendeu-se contribuir para o debate sobre práticas penais mais justas, democráticas e

comprometidas com a dignidade da pessoa humana.

Ao longo deste trabalho, a discussão foi organizada da seguinte forma: inicialmente, apresentaram-se as justificativas social, econômica e acadêmica que sustentaram a relevância do estudo. Em seguida, o referencial teórico abordou as contradições do sistema prisional brasileiro, os princípios do método APAC e suas críticas contemporâneas. A metodologia descreveu o tipo de pesquisa, bem como as técnicas de coleta e análise de dados utilizadas. Na sequência, os resultados e a discussão analisaram as percepções dos participantes da APAC de Guanhães, confrontando os dados empíricos com a literatura especializada. Por fim, nas Considerações Finais, apresentaram-se a síntese dos achados, as respostas aos objetivos da pesquisa, suas limitações e possíveis caminhos para estudos futuros.

## **1.1 Objetivos**

### ***1.1.1. Objetivo Geral***

O objetivo principal deste trabalho é refletir, de maneira crítica, sobre os limites e desafios enfrentados pela unidade da APAC de Guanhães na proposta de ressocialização das pessoas privadas de liberdade. A ideia é entender em que medida a metodologia tem conseguido cumprir aquilo que propõe e quais obstáculos sociais, econômicos e/ou institucionais, dificultam a sua efetividade como alternativa ao sistema prisional comum.

### ***1.1.2. Objetivos Específicos***

- i) Identificar os principais desafios enfrentados pela APAC de Guanhães em sua rotina institucional.
- ii) Avaliar até que ponto as ações da metodologia APAC realmente contribuem para a recuperação e reinserção das pessoas privadas de liberdade na sociedade.
- iii) Investigar as dificuldades estruturais, financeiras e políticas que interferem na aplicação prática do método.
- iv) Confrontar o discurso teórico da ressocialização com a realidade prática observada na unidade, evidenciando possíveis contradições.
- v) Sugerir possíveis caminhos e melhorias para fortalecer o modelo de ressocialização dentro de realidades como a de Guanhães.

## 1.2. Justificativa

Falar de ressocialização no Brasil, antes de tudo, é falar sobre direitos humanos. Quando uma pessoa é privada de liberdade, perde o direito de ir e vir, mas não deve perder sua dignidade. Segundo Foucault (1987), o sistema prisional moderno opera não apenas por meio do enclausuramento físico, mas também por mecanismos de controle que fragilizam a subjetividade do indivíduo, tornando ainda mais difícil sua reinserção social. Nesse contexto, modelos alternativos como o da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) ganham relevância ao propor uma abordagem humanizada e restaurativa, buscando romper com a lógica punitivista tradicional. Contudo, essas iniciativas ainda enfrentam sérias dificuldades estruturais, institucionais e culturais. Discutir essa temática é, portanto, fundamental para construir uma sociedade mais justa, que não apenas puna, mas também ofereça oportunidades reais de recomeço às pessoas privadas de liberdade.

A metodologia da APAC representa uma alternativa econômica mais viável em comparação ao sistema prisional comum. Por meio do trabalho interno dos próprios recuperandos, a unidade é mantida com custos reduzidos, sem depender totalmente de agentes públicos ou serviços terceirizados, o que diminui o impacto financeiro para o Estado. Além disso, a produção gerada dentro da APAC, como oficinas, hortas e serviços, pode contribuir para a economia local. Diante disso, esta pesquisa se justifica economicamente por buscar entender se o modelo realmente oferece uma forma mais justa e eficiente de aplicar os recursos públicos, ao mesmo tempo em que promove a ressocialização com menos gastos e melhores resultados.

A presente pesquisa se justifica academicamente por contribuir com os estudos sobre administração pública, políticas públicas de execução penal, especialmente no que se refere às alternativas ao modelo prisional tradicional. O método APAC tem ganhado destaque por sua proposta humanizada, mas ainda carece de análises mais críticas que considerem sua aplicação prática em unidades de menor estrutura, como a de Guanhães, localizada no interior de Minas Gerais.

Durante a revisão bibliográfica, observou-se uma lacuna teórica importante: embora existam estudos que apontem os benefícios do modelo, são poucos os trabalhos que investigam suas limitações concretas e os desafios enfrentados na rotina das unidades. Grande parte da literatura se concentra em destacar os resultados positivos da metodologia, sem questionar as dificuldades estruturais, administrativas e políticas que comprometem a efetividade da proposta de ressocialização.

Dessa forma, este estudo busca preencher essa lacuna ao analisar criticamente o funcionamento da APAC de Guanhães, com base em dados empíricos e referências teóricas consolidadas. Ao fazer isso, pretende-se ampliar o debate acadêmico sobre o modelo, oferecendo contribuições que possam fortalecer a reflexão sobre práticas penais mais justas, eficientes e alinhadas aos princípios constitucionais de dignidade humana e reintegração social.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1. As Contradições do Sistema Prisional Brasileiro**

O sistema prisional brasileiro é amplamente criticado por sua atuação seletiva, concentrando a repressão penal em jovens pobres e negros, o que revela um padrão histórico de exclusão social. Essa seletividade não é acidental, mas estruturante, e expressa uma lógica de controle voltada para a contenção de determinados grupos sociais. Conforme aponta Dória (2020), o encarceramento em massa no Brasil opera como um dispositivo de reprodução de desigualdades, alimentado por práticas institucionais que desumanizam os apenados e esvaziam o sentido de reintegração social da pena.

Nesse cenário, a efetiva ressocialização das pessoas privadas de liberdade exige o cumprimento dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da função educativa da pena. De acordo com Cavalcanti, Machado e Queiroz (2023), a concretização dos direitos previstos na Lei de Execução Penal como acesso à educação, ao trabalho e a condições dignas de encarceramento é essencial para que a pena não se reduza a mero castigo. No entanto, a realidade das prisões brasileiras ainda é marcada por superlotação, violência e abandono institucional, distanciando-se dos objetivos previstos pela legislação.

### **2.2. Necropolítica e Violência Institucional**

A intensificação da repressão penal no Brasil, especialmente contra populações negras e periféricas, deve ser compreendida à luz da teoria da necropolítica desenvolvida por Achille Mbembe. Essa abordagem aponta que o Estado administra quem deve viver e quem pode morrer, escolhendo alvos específicos para sua ação violenta. Almeida, Santana Junior e Rocha (2024) aplicam esse conceito ao contexto brasileiro para mostrar como o encarceramento em massa e a estigmatização dos apenados se configuram como práticas de gestão da morte e de controle social, legitimadas por um discurso de segurança.

Essa lógica necropolítica esvazia a função ressocializadora da pena e compromete os princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito. A violência institucionalizada, somada à negligência no cuidado com os presos, revela que o sistema penal atua mais como mecanismo de exclusão do que de reintegração. O discurso de ressocialização, nesse contexto, é constantemente contradito pela prática cotidiana, marcada pela desumanização e pela negação de direitos básicos, perpetuando um ciclo de marginalização que atinge sempre

os mesmos corpos.

### **2.3. A Proposta da APAC: Humanização e Limites**

Como alternativa ao modelo tradicional de encarceramento, a metodologia da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) tem se destacado por adotar uma abordagem humanizada e centrada na recuperação do apenado. Segundo Almeida e Oliveira (2024), o método apaqueano busca romper com a lógica punitiva ao propor um sistema de execução penal baseado na disciplina, espiritualidade, trabalho e envolvimento comunitário, reforçando a dignidade da pessoa humana. O foco está na corresponsabilização do recuperando, na restauração de vínculos e na construção de novas perspectivas de vida.

Estudos apontam resultados promissores desse modelo. Pimenta e Fonseca (2018) enfatizam a importância do fortalecimento dos laços familiares e da reintegração comunitária como estratégias centrais para a não reincidência. Nascimento e Rodrigues (2020) evidenciam que, nas unidades administradas pela APAC, a taxa de reincidência gira em torno de 15%, contrastando com os mais de 70% observados no sistema prisional comum. Esses dados sugerem que a metodologia pode contribuir para a redução da criminalidade e para a transformação social, desde que aplicada com o devido suporte político, financeiro e institucional.

### **2.4. Críticas ao Modelo APAC**

Apesar de seus avanços, a metodologia APAC não está isenta de críticas. Alguns estudiosos argumentam que o modelo, embora mais humanizado, ainda se apoia em uma disciplina rígida e em valores religiosos que podem limitar a autonomia dos apenados. Para Rudnicki (2021), a proposta pode reproduzir formas sutis de controle e normatização da conduta, restringindo a pluralidade de subjetividades e impondo um ideal de comportamento baseado em padrões morais específicos. Isso levanta dúvidas sobre a real capacidade de ruptura com o sistema tradicional.

Além disso, Hahne e Felicíssimo (2025) ressaltam que, para além do discurso humanista, é necessário que o modelo esteja articulado com políticas públicas estruturantes que garantam condições dignas de vida dentro e fora do sistema prisional. Caso contrário, mesmo práticas mais suaves de controle continuarão a reproduzir os mesmos mecanismos excludentes. O desafio, portanto, está em assegurar que a experiência da APAC não se torne

apenas um “verniz humanitário”, mas uma alternativa consistente e democrática à lógica punitivista dominante.

## **2.5. Ressocialização: Discurso ou Inclusão Real?**

O conceito de ressocialização, embora central no discurso jurídico e institucional, precisa ser problematizado. Silva (2023) observa que, quando desvinculada de políticas concretas e estruturais, a ideia de reintegração pode se transformar em um instrumento de controle social, mascarando a exclusão por meio de uma linguagem de inclusão.

Autores como Wacquant (2001) e Zaffaroni (2007) reforçam essa perspectiva ao demonstrar que o sistema penal contemporâneo opera como um aparato ideológico que legitima a ordem vigente. O discurso da ressocialização, nesse contexto, serve para encobrir práticas que, na realidade, visam a contenção dos “indesejáveis”. Por isso, é fundamental questionar os limites e as contradições da reintegração proposta, mesmo nos modelos considerados mais avançados, como o da APAC. A verdadeira ressocialização exige transformações profundas nas estruturas sociais, econômicas e políticas que alimentam o encarceramento em massa.

Dessa forma, o debate em torno do sistema prisional brasileiro e da proposta apaqueana evidencia uma tensão entre práticas de exclusão e tentativas de humanização da pena. A discussão aponta para a necessidade de revisão profunda das estruturas punitivas e para a construção de modelos que conciliem dignidade, justiça social e respeito à autonomia dos sujeitos privados de liberdade.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. Tipo de Pesquisa**

Esta pesquisa adotou uma abordagem quanti-qualitativa, de caráter exploratório e crítico. A dimensão qualitativa permitiu compreender percepções, significados e experiências dos sujeitos envolvidos com a APAC de Guanhães, enquanto a dimensão quantitativa possibilitou a sistematização e análise descritiva dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados.

A combinação dessas abordagens permitiu uma análise mais ampla do fenômeno estudado, articulando dados numéricos, interpretações subjetivas e referenciais teóricos da Administração Pública e das políticas públicas de execução penal.

Com base em Gil (2008), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito, o que é fundamental neste estudo. A investigação será desenvolvida por meio de um estudo de caso da unidade da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) localizada no município de Guanhães, em Minas Gerais. O objetivo principal deste trabalho é refletir, de maneira crítica, sobre os limites e desafios enfrentados pela unidade da APAC de Guanhães na proposta de ressocialização das pessoas privadas de liberdade.

#### **3.2. Técnicas de Coleta de Dados**

Foram empregadas múltiplas técnicas de coleta de dados, com o intuito de garantir a triangulação das informações e aumentar a confiabilidade dos resultados (Triviños, 1987). O primeiro instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada, aplicada a atores diretamente envolvidos com a unidade da APAC de Guanhães, como gestores, voluntários e recuperandos. Ao todo, foram realizadas 34 entrevistas, contemplando diferentes perfis: 20 recuperandos, 6 funcionários, 6 professores, 1 enfermeira e 1 voluntário externo.

Os critérios de inclusão adotados foram: ser recuperando, funcionário, voluntário ou profissional vinculado à unidade da APAC de Guanhães; estar presente na instituição durante o período da coleta de dados; e aceitar participar voluntariamente mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Como critérios de exclusão, foram considerados: pessoas sem vínculo direto com a unidade; indivíduos que se recusaram a participar ou não assinaram o TCLE; e recuperandos

que se encontravam em regime disciplinar restritivo no momento da coleta, impossibilitando sua participação.

A segunda técnica de coleta de dados consistiu na análise documental, voltada à investigação de manuais institucionais, regulamentos, relatórios e normas internas da unidade da APAC de Guanhães. O objetivo dessa etapa foi compreender os princípios formais, as diretrizes organizacionais e as práticas institucionais que orientam o funcionamento da entidade.

Como terceira técnica, foi realizada a observação direta, desenvolvida ao longo de um período de seis meses, a partir da vivência profissional do pesquisador como docente na própria unidade da APAC de Guanhães. Essa estratégia possibilitou o acompanhamento sistemático da rotina institucional, das interações entre recuperandos, funcionários e voluntários, bem como das práticas educativas, disciplinares e administrativas adotadas no cotidiano da unidade. As experiências observadas foram registradas de forma contínua em um diário de campo, instrumento amplamente utilizado em pesquisas qualitativas por permitir a descrição e a interpretação reflexiva dos fenômenos investigados, conforme destacado por André (2005).

### **3.3. Levantamento Bibliográfico**

A pesquisa foi também sustentada por uma revisão bibliográfica direcionada ao aprofundamento teórico sobre o sistema penal brasileiro, o conceito de ressocialização e a metodologia APAC. O levantamento foi realizado em bases acadêmicas relevantes, como Google Scholar, Scopus, Web of Science, SciELO e Spell. Foram localizados 33 artigos, dos quais 20 foram selecionados com base em critérios de pertinência temática, atualidade, qualidade metodológica e relevância científica.

Foram excluídos textos desatualizados ou que não apresentavam relação direta com o objeto de estudo. A bibliografia selecionada fundamentará tanto a análise crítica do modelo apaqueano quanto o posicionamento teórico do pesquisador em relação ao discurso da ressocialização e às práticas institucionais no sistema penal brasileiro.

### **3.4. Procedimentos de Análise**

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2016). Essa técnica permite organizar, interpretar e atribuir

sentido às informações coletadas a partir da identificação de categorias e temas recorrentes. É um procedimento amplamente adotado em pesquisas qualitativas por possibilitar a compreensão crítica e aprofundada dos dados no contexto estudado.

Além disso, foi aplicada a triangulação metodológica, conforme Flick (2009), envolvendo a combinação de diferentes fontes e técnicas — entrevistas, documentos, observações e literatura científica. Essa abordagem busca garantir maior validade interna à pesquisa, promovendo uma análise comparativa entre os dados obtidos. A interpretação será guiada por uma perspectiva crítica, considerando os fundamentos teóricos sobre punição, ressocialização, políticas públicas e práticas institucionais alternativas.

### **3.5. Aspectos Éticos**

Esta pesquisa respeitou os princípios éticos estabelecidos para estudos com seres humanos, conforme preconizado pelas diretrizes do Conselho Nacional de Saúde. Será garantido o anonimato dos participantes, o sigilo das informações coletadas e o respeito à autonomia dos envolvidos. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e o projeto está identificado pelo código CAEE 94232125.0.0000.0293 submetido à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e aprovado, como etapa obrigatória para a condução de entrevistas.

## **4. RESULTADOS**

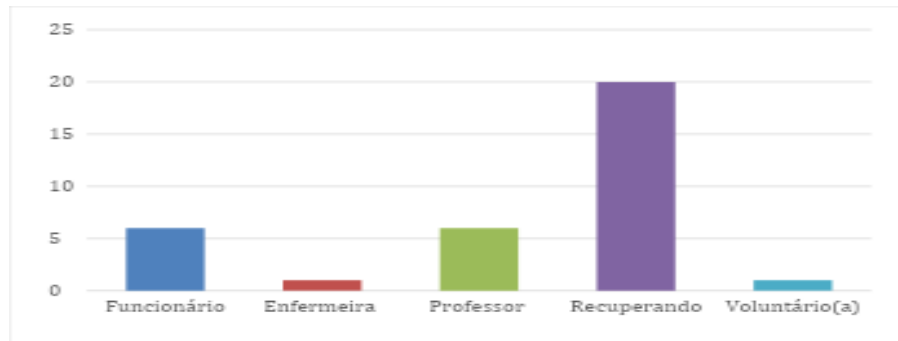
Nesta seção, apresentam-se e discutem-se os principais resultados do questionário aplicado na APAC de Guanhães, de acordo com o objetivo geral da pesquisa, que consiste em analisar criticamente o modelo APAC, a partir da unidade de Guanhães (MG), considerando seus desafios, limitações e contradições no processo de ressocialização, bem como com os objetivos específicos que orientaram a investigação.

### **4.1. Perfil dos participantes**

O questionário foi respondido por 34 participantes. Do total, 20 se identificam como recuperandos, o que corresponde a aproximadamente 58,8% da amostra; 6 são funcionários da unidade (cerca de 17,6%) e 6 são professores que atuam nas atividades educativas (17,6%). Além disso, participaram uma enfermeira integrante da equipe de saúde da unidade e um(a) voluntário(a) externo(a), vinculado(a) às atividades de apoio desenvolvidas na APAC, cada um representando cerca de 2,9% dos respondentes. Assim, embora as porcentagens tenham sido apresentadas de forma arredondada no texto, o conjunto dos grupos perfaz 100% dos participantes (34/34), garantindo uma visão minimamente plural da realidade institucional.

Esse recorte quantitativo já indica um primeiro dado relevante: a pesquisa escuta prioritariamente aqueles que vivem a experiência da APAC na condição de recuperandos, isto é, sujeitos diretamente afetados pelo método no cotidiano de cumprimento de pena. Ao mesmo tempo, incorpora o ponto de vista de funcionários e professores, que ocupam posições estratégicas na mediação entre as normas institucionais, as políticas de execução penal e a rotina concreta do cumprimento da pena, podendo identificar tanto os limites operacionais quanto as potencialidades do modelo. A presença da enfermeira permite incluir na análise a dimensão da saúde e do cuidado, fundamentais em um contexto de vulnerabilidade física e psíquica, enquanto o(a) voluntário(a) traz a perspectiva da comunidade externa que se engaja nas ações da APAC. Considerar esses diferentes olhares não é apenas um detalhe metodológico: trata-se de reconhecer que a avaliação do método apaqueano não pode ser reduzida à experiência de um único grupo, mas exige articular as percepções de quem cumpre a pena, de quem trabalha na instituição e de quem se aproxima dela em nome da educação, da saúde e da solidariedade social.

Gráfico 1– Perfil do entrevistado



Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

Estudos recentes têm enfatizado a importância de ouvir sujeitos diretamente envolvidos no método recuperandos e trabalhadores para escapar de abordagens que falam sobre a APAC apenas a partir de documentos institucionais, discursos oficiais ou decisões judiciais (FERNANDES, 2021; ARAÚJO et al., 2024). Nessa direção, o perfil da amostra fortalece o objetivo de produzir uma análise crítica situada, em que os dados não se reduzem à visão dos gestores ou de observadores externos, mas incorporam percepções de quem é alvo direto da política de execução penal.

Quanto ao tempo de participação na unidade, a maioria declara atuar ou cumprir pena na APAC entre 1 e 3 anos (21 participantes, cerca de 62%), seguida por aqueles com menos de 1 ano de vínculo (12 participantes, cerca de 35%) e apenas um respondente com mais de 3 anos na instituição. O predomínio de vínculos de curta e média duração sugere que os participantes já conhecem o funcionamento da unidade, mas ainda estão em processo de apropriação mais profunda da metodologia apaqueana.

Na literatura, há evidências de que a percepção das práticas de ressocialização se modifica conforme o tempo de permanência na APAC e, especialmente, após a saída da instituição, quando o egresso confronta o discurso de “nova chance” com as barreiras reais de reinserção social (CORDEIRO, 2019; ARAÚJO et al., 2018). O fato de a amostra concentrar-se em sujeitos que ainda estão dentro da unidade ajuda a explicar, como se verá adiante, a forte adesão ao discurso de que a APAC representa uma alternativa positiva ao sistema prisional comum.

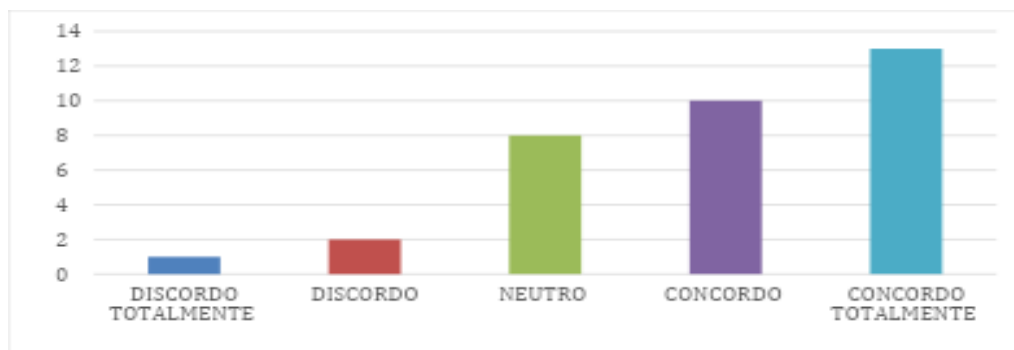
#### 4.2. Estrutura, recursos e gestão dos desafios

O primeiro bloco aproxima-se diretamente dos objetivos específicos que buscavam identificar os desafios estruturais, financeiros e políticos da APAC de Guanhães e avaliar

como a unidade administra tais obstáculos.

Quando confrontados com a afirmação de que “os principais desafios estruturais da APAC de Guanhães são bem administrados pela unidade” (Figura 2), aproximadamente dois terços dos respondentes concordam ou concordam totalmente com a proposição. Um quarto manifesta posição neutra e menos de 10% discorda. Em termos descritivos, portanto, há uma percepção predominantemente positiva da capacidade da unidade em gerenciar suas limitações estruturais.

Gráfico 2 – Principais desafios estruturais são bem administrados pela unidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Esse dado dialoga com parte da literatura que descreve o método APAC como experiência de gestão mais organizada e humanizada, na qual o uso de espaços físicos menores, a divisão por pavilhões e a presença de regras claras seriam fatores que melhoram o cotidiano prisional em comparação ao sistema comum (PIMENTA, 2018; LAURO, 2023). Ao mesmo tempo, a presença de um grupo minoritário crítico e de um contingente expressivo de respostas neutras indica que o consenso não é absoluto e que a gestão dos desafios não elimina completamente as tensões e carências.

A ambiguidade torna-se ainda mais visível quando se analisa a questão sobre a suficiência de recursos financeiros, materiais e humanos. Aqui, a amostra se divide quase em partes iguais: cerca de 38% discordam que os recursos sejam suficientes, aproximadamente 41% concordam e pouco mais de 20% permanecem neutros. Em outras palavras, uma parcela significativa percebe a unidade operando no limite de suas condições materiais.

Resultados semelhantes aparecem em outras pesquisas de campo com APACs, que evidenciam o paradoxo de instituições apresentadas como “modelo de humanização”, mas que dependem fortemente de recursos escassos, do trabalho voluntário e de parcerias pontuais com o poder público e a sociedade civil (HAHNE; FELICÍSSIMO, 2025; FERNANDES, 2021; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS, 2025). Em estudo sobre a APAC

de Ivaiporã/PR, por exemplo, identifica-se que a garantia das assistências previstas na Lei de Execução Penal esbarra diretamente em dificuldades orçamentárias e de pessoal, o que relativiza a promessa de um modelo plenamente capaz de “reintegrar” o condenado.

No caso de Guanhães, os dados sugerem que, embora haja reconhecimento de esforços administrativos, o funcionamento da unidade ainda é marcado por constrangimentos estruturais. Isso coloca em evidência um primeiro limite à ideia de que a APAC, por si só, superaria a inconstitucionalidade estrutural do sistema prisional brasileiro: sem financiamento estável, quadro de profissionais adequado e políticas públicas articuladas, a execução penal alternativa continua atravessada pela mesma precariedade que marca o cárcere comum.

### **4.3. Espiritualidade, trabalho, estudo e impacto na ressocialização**

Um dos objetivos específicos da pesquisa foi analisar em que medida as ações desenvolvidas na APAC contribuem para a ressocialização dos recuperandos. Nesse ponto, os resultados são marcadamente positivos.

Na questão que trata da espiritualidade, cerca de 91% dos respondentes concordam que as atividades religiosas contribuem para a ressocialização, e o restante se declara neutro. Não há respostas de discordância. A mesma tendência aparece quando se trata do trabalho: em torno de 97% avaliam que as atividades laborais contribuem para a ressocialização, com apenas uma resposta neutra. No caso das atividades de estudo e oficinas, a concordância é unânime: todos os participantes entendem que tais ações contribuem para a ressocialização, sendo a maioria na categoria “concordo totalmente”.

Esses resultados convergem com diversos estudos nacionais que retratam a APAC como espaço em que trabalho, estudo e espiritualidade estruturam a rotina prisional e são percebidos como elementos de valorização humana, disciplina e reconstrução de vínculos (PIMENTA, 2018; DEMBOGURSKI, 2021; ALMEIDA, 2023). Pimenta (2018), por exemplo, mostra que os doze elementos do método entre eles a laborterapia, a assistência religiosa e a valorização humana são constantemente apresentadas como caminho para recuperar a autoestima e a responsabilização do condenado.

Ao mesmo tempo, uma leitura crítica aponta que essa forte adesão subjetiva ao discurso de ressocialização via espiritualidade e trabalho não pode ser interpretada de forma ingênua. Rudnicki (2021) argumenta que a APAC constitui uma “prisão diferente” na forma, mas que, na prática, reatualiza mecanismos de controle disciplinar e moral, exigindo que o preso demonstre bom comportamento, adesão à rotina e compromisso com a ressocialização

para permanecer na unidade, como identificado no relato a seguir:

Uma vez por mês a rotina aqui muda com o chamado *ato socializador*. Nesse dia, a gente fica na cela até mais ou menos três horas da tarde, do mesmo jeito que era no presídio comum. O café da manhã e o almoço também são entregues na cela, com pão de manhã e marmitex no almoço. Esse dia mexe muito com a gente, porque traz lembranças do tempo em que estávamos no sistema prisional tradicional. Ao mesmo tempo, faz a gente perceber a diferença do que vivemos hoje na APAC e valorizar a oportunidade que temos aqui. Depois desse período, participamos do ato socializador, quando acontecem as premiações do mês. São reconhecidas a cela mais limpa, a mais organizada, o recuperando destaque, o modelo do mês, além dos aniversariantes e do concurso de redação, que ajuda a gente a refletir sobre nossa história e o futuro. (Diário de campo, 2025) (DC1).

Nesse sentido, Zamba (2023) analisa as técnicas disciplinares no interior de uma APAC, evidencia como práticas pedagógicas, religiosas e laborais são articuladas para produzir sujeitos dóceis, responsáveis e permanentemente avaliadas.

Nessa perspectiva, a quase unanimidade em favor das práticas espirituais, laborais e educativas pode ser lida de dois modos complementares. De um lado, indica que os participantes percebem ganhos concretos em termos de dignidade, rotina organizada e oportunidades de reconstrução de projetos de vida, o que dialoga com o objetivo declarado do método de oferecer condições mais humanas de cumprimento de pena. De outro, revela que a adesão ao discurso da ressocialização é, em parte, uma exigência do próprio dispositivo: demonstrar alinhamento com certos valores morais, espirituais e comportamentais torna-se condição para permanecer na APAC, progredir de regime e, em alguns casos, acessar benefícios judiciais e de convivência. Surge, a partir da análise, uma questão fundamental: por que a “ressocialização” é formulada como necessidade de conversão moral do sujeito, como se fosse preciso provar uma transformação ética individual para que direitos e condições mais dignas de cumprimento de pena sejam reconhecidos?

Essa ambivalência é explorada também por estudos que discutem a dimensão religiosa da APAC. Hahne e Felicíssimo (2025) mostram como a culpa cristã e a espiritualidade são mobilizadas como instrumentos de gestão da subjetividade, combinando promessa de perdão e exigência de conversão moral. A alta aprovação das atividades espirituais na APAC de Guanhões, pode ser interpretada como expressão de um contexto institucional no qual a religião ocupa papel central, funcionando como eixo normativo e elemento estruturante do método. de um contexto em que a religião se torna eixo normativo e critério de adequação ao método.

A partir do cenário apresentado pelo diário de campo e pelas entrevistas, o ato socializador pode ser compreendido como uma prática que revela tensões presentes na aplicação do método APAC. Embora seja caracterizado institucionalmente como um momento pedagógico e reflexivo, sua realização envolve a retomada de rotinas associadas ao sistema prisional comum, como o confinamento prolongado em cela e a distribuição das refeições em marmitex. Esta experiência evidencia que, apesar do discurso de humanização da pena, permanecem práticas disciplinares que caminham junto às ações educativas do método. Dito isto, é possível analisar a contradição do que foi relatado nas entrevistas, pois quando questionados se “há diferença significativa no tratamento e no ambiente da APAC em relação ao sistema prisional comum”, mais de 90% concordam. Ou seja, eles acreditam que possuem mais vantagens do que o sistema prisional comum, mas a prática revela o contrário, sendo o discurso ressocializador o principal agente de mudanças neste contexto.

Juntamente a esse discurso, o sistema de premiações e reconhecimentos, como recuperando modelo e cela mais organizada, expressa uma lógica de valorização baseada no desempenho individual e na adesão às normas institucionais nos regulamentos e manuais do método APAC conforme orientações da FBAC (s.d.). Ainda que tais práticas sejam percebidas como estímulos positivos à organização e à convivência coletiva, elas também sinalizam a presença de mecanismos de avaliação contínua da conduta. Desse modo, o diário de campo acrescenta elementos relevantes à análise dos resultados, ao evidenciar aspectos do cotidiano institucional que ajudam a compreender as complexidades envolvidas no processo de ressocialização desenvolvido na APAC de Guanhães.

Tais resultados se aproximam da literatura que identifica, na comparação entre APAC e presídios comuns, melhores índices de reincidência, ambiente menos violento e maior sensação de respeito entre os internos (LAURO, 2023; ARAÚJO et al., 2024; ALMEIDA, 2023). Ao investigar a hospitalidade em um centro de ressocialização que adota o método, Araújo et al. (2024) apontam que a forma como os recuperandos são recebidos, chamados pelo nome e envolvidos em atividades educativas e religiosas produz uma experiência subjetiva distinta daquela vivida no cárcere comum.

No entanto, outros autores lembram que, do ponto de vista estrutural, a APAC permanece inserida no sistema penal e não rompe com a lógica de seletividade e controle próprios do encarceramento em massa (RUDNICKI, 2021; OLIVEIRA; RIBEIRO, 2019). Desse modo, a percepção de “diferença significativa” precisa ser compreendida como diferença relativa: a APAC melhora as condições de cumprimento de pena, mas não elimina os condicionantes sociais, econômicos e raciais que produzem a clientela do sistema prisional

brasileiro.

#### 4.4. Dificuldades, contradições e propostas de melhoria

Para responder ao objetivo de identificar os desafios e contradições do modelo APAC em Guanhães, o questionário incluiu questões abertas sobre dificuldades para aplicação plena da metodologia, percepções de contradição entre discurso e prática e sugestões de melhorias. As respostas foram agrupadas em eixos temáticos, a partir de análise de conteúdo. Nas falas sobre dificuldades, contradição, aparecem de forma recorrente referências a:

Tabela 1 - Dificuldades

Descrição	Entrevistados (E)	Frequência (n)
Preconceito social em relação aos recuperandos e à própria instituição	E4, E7, E9, E10, E14, E16, E17, E18, E19, E21, E23, E24, E25, E26, E28, E32	16
Insuficiência de recursos financeiros, materiais e humanos	E3, E6, E8, E10, E14, E15, E16, E19, E23, E25, E27, E28, E29, E30, E33	15
Falta de apoio contínuo do poder público	E8, E11, E14, E16, E17, E19, E20, E22, E23, E25, E26, E28	12
Participação irregular das famílias	E13, E15	2
Resistência de alguns recuperandos em aderir às regras e à rotina	E12, E14, E16, E19	4
Contradições no discurso de mudança dos recuperandos	E31, E34	2

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Esse conjunto de elementos converge com diagnósticos feitos em estudos de caso em outras unidades, como a APAC de Ivaiporã/PR e experiências mineiras e paulistas, que apontam a dependência de doações e parcerias, as fragilidades do vínculo com o Estado e a permanência do estigma social sobre quem cumpre pena, mesmo em modelos ditos humanizados (MPGO, 2025; LAURO, 2023; HAHNE; FELICÍSSIMO, 2025).

Em especial, o tema do preconceito social reforça a ideia de que a ressocialização não se realiza apenas dentro dos muros da APAC. Como argumentam Oliveira e Ribeiro (2019), o discurso da ressocialização tende a responsabilizar o indivíduo por se “reintegrar”, mas desconsidera as barreiras estruturais de acesso a trabalho, moradia, renda e reconhecimento simbólico, que continuam a atuar mesmo após o cumprimento da pena. As respostas dos participantes sugerem que, em Guanhães, a sociedade local ainda oferece resistência à contratação de egressos ou à aceitação plena da APAC como parte legítima da política

pública.

Quando se pergunta diretamente se há contradições entre o discurso de ressocialização e a prática cotidiana da unidade, a amostra se divide: cerca de 35% discordam dessa afirmação, 35% mantêm posição neutra e aproximadamente 29% concordam. A existência de um grupo considerável que percebe contradições, ainda que minoritário, é um dado importante para o objetivo crítico do estudo.

Esse resultado dialoga com a literatura que problematiza o “mito da ressocialização” no sistema prisional brasileiro, inclusive em experiências alternativas (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2019; ARAÚJO, 2018). Em muitos casos, o discurso institucional enfatiza a transformação do sujeito, mas os mecanismos concretos de inclusão permanecem frágeis e condicionados a critérios de mérito, disciplina e moralidade. Na APAC, autores como Rudnicki (2021) e Zamba (2023) indicam que a promessa de “recuperação” se apoia em um forte controle sobre o cotidiano do recuperando, que precisa demonstrar adesão ao modelo para não ser devolvido ao sistema comum.

As sugestões de melhoria reforçam essa leitura. Entre as propostas mais frequentes, aparecem:

Entre as sugestões apontadas para o aperfeiçoamento do método, destacam-se a ampliação e melhoria da estrutura física — incluindo salas de aula, oficinas e áreas de convivência, a criação de novas frentes de trabalho interno e externo, com maior articulação com o mercado local, e o fortalecimento das parcerias com o poder público, especialmente no que se refere ao financiamento e ao apoio técnico. Soma-se a isso a necessidade de ampliar a participação da comunidade e das famílias, tanto nas atividades religiosas e educativas quanto na construção de oportunidades concretas de reinserção social, bem como de ofertar um número maior de cursos profissionalizantes e ações de preparação para o egresso. Por fim, ressalta-se a importância da valorização e expansão do quadro de funcionários, assegurando melhores condições de trabalho à equipe que sustenta cotidianamente o funcionamento da instituição.

Essas proposições confirmam que, para os sujeitos que vivem a instituição, a ressocialização não se reduz ao ambiente protegido da APAC. É necessário que a unidade disponha de recursos materiais adequados, vínculos estáveis com políticas de assistência, saúde, trabalho e educação e, sobretudo, que haja abertura do entorno social para acolher os egressos. Estudos que investigam a hospitalidade e a reintegração de pessoas apenas mostram que a relação com a comunidade e com serviços públicos é decisiva para o sucesso de experiências de execução penal alternativa (ARAÚJO et al., 2024; HAHNE;

FELICÍSSIMO, 2025).

Nesse sentido, os resultados da APAC de Guanhães reforçam que não basta organizar internamente o cotidiano prisional; é preciso enfrentar as dimensões estruturais da exclusão social, do racismo e da desigualdade que marcam a clientela do sistema penal. Caso contrário, o risco é que a APAC funcione como espaço de relativo bem-estar durante a pena, mas sem alterar de modo significativo as trajetórias de vulnerabilidade que conduziram ao encarceramento.

#### **4.5. Análise dos resultados**

A partir da triangulação metodológica para a coleta de dados realizada, foi possível retomar os objetivos da pesquisa e apresentar as nossas principais contribuições teóricas a respeito do tema.

Partindo da análise dos desafios e potencialidades da APAC de Guanhães, os dados quantitativos revelam um quadro ambivalente: por um lado, 80% percebe que a unidade administra relativamente bem seus desafios estruturais e reconhece diferenças significativas em relação ao sistema prisional comum; por outro, há divisão de opiniões quanto à suficiência de recursos e surgem, nas questões abertas, narrativas claras sobre precariedades materiais, dependência de parcerias e falta de apoio estatal permanente. Esses achados convergem com estudos que apontam a APAC como experiência mais organizada e humanizada, mas ainda vulnerável à lógica de desresponsabilização do Estado em relação à execução penal (LAURO, 2023; MPMGO, 2025).

Em seguida, para o objetivo de analisar em que medida as ações da APAC contribuem para a ressocialização, os resultados mostram fortíssima adesão ao discurso institucional: espiritualidade, trabalho, estudo e oficinas são quase unanimemente percebidos como práticas que favorecem a reconstrução de vidas. Isso está em linha com a literatura que descreve o método como promotor de valorização humana, disciplina e responsabilização (PIMENTA, 2018; DEMBOGURSKI, 2021). Contudo, a análise crítica evidencia um primeiro limite à ideia de que a APAC, por si só, superaria a inconstitucionalidade estrutural do sistema prisional brasileiro: sem financiamento estável, quadro de profissionais adequado e políticas públicas articuladas, a execução penal alternativa continua atravessada pela mesma precariedade que marca o cárcere comum.

Nessa mesma linha analítica, tem-se o objetivo de confrontar discurso e prática da ressocialização também encontra eco nos dados. Embora boa parte dos respondentes não identifique contradições, quase um terço afirma perceber descompassos entre o ideal

proclamado e o cotidiano institucional. As dificuldades mencionadas falta de recursos, preconceito social, apoio limitado do poder público apontam para a persistência daquilo que Oliveira e Ribeiro (2019) denominam “mito da ressocialização”: a crença de que a mudança individual seria suficiente para romper ciclos de exclusão, quando, na realidade, as estruturas sociais continuam a reproduzir desigualdades.

Mesmo que todas as melhorias sugeridas pelos participantes como mais recursos, trabalho, estudo e apoio do Estado fossem implementadas, a APAC continuaria sendo um espaço de segregação. Isso significa que, apesar de oferecer condições mais humanizadas, o método ainda se baseia na lógica do isolamento como estratégia para reintegração social. Essa contradição revela que o problema não está apenas na falta de políticas públicas, mas na própria estrutura que legitima separar pessoas para “ressocializá-las”. É necessário refletir se a ressocialização, tal como proposta, pode realmente acontecer dentro de um modelo que mantém essa separação física e simbólica, pois isso pode limitar a reintegração plena à sociedade.

Em síntese, os resultados indicam que a APAC de Guanhães é reconhecida pelos seus participantes como alternativa mais humana em relação ao sistema prisional comum, especialmente pelo tratamento mais respeitoso e pelas oportunidades de espiritualidade, trabalho e estudo. Ao mesmo tempo, a análise crítica sugere que essa alternativa opera dentro de limites importantes, vinculados à precariedade de recursos, à dependência de parcerias e à permanência de barreiras estruturais à reintegração social. Essa tensão entre potencialidades e limites confirma a necessidade de compreender a APAC não como solução acabada para a crise carcerária, mas como campo de disputa em que projetos distintos de punição, controle e direitos humanos se entrecruzam exatamente o ponto que orienta o conjunto deste artigo.

## 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente estudo buscou analisar criticamente os desafios, limitações e potencialidades da APAC de Guanhães (MG) enquanto alternativa ao sistema prisional tradicional. A pesquisa utilizou triangulação metodológica, combinando três estratégias: (i) aplicação de questionário estruturado aos participantes da APAC de Guanhães; (ii) análise teórica fundamentada em autores que discutem ressocialização e execução penal; e (iii) observação direta da rotina institucional, registrada sistematicamente em diário de campo ao longo de seis meses. Essa abordagem permitiu integrar dados quantitativos e qualitativos, articulando percepções dos sujeitos, referenciais teóricos e práticas observadas no cotidiano da unidade.

Sob a ótica da Administração Pública, a APAC pode ser compreendida como uma política pública implementada por meio de cooperação entre Estado e sociedade civil. Trata-se de um modelo que opera dentro da lógica da gestão compartilhada, no qual o poder público mantém responsabilidade legal pela custódia, mas delega parte da execução à entidade privada sem fins lucrativos.

Essa configuração revela tanto potencialidades quanto fragilidades: por um lado, amplia a participação comunitária e reduz custos operacionais; por outro, evidencia a dependência de financiamento instável, voluntariado e apoio institucional irregular, o que compromete a sustentabilidade da política pública no longo prazo.

Com base nos autores contemporâneos que discutem punição, controle social e ressocialização, como Foucault (1975), Wacquant (2001) e Zaffaroni (2007), foi possível compreender que a unidade apresenta avanços importantes em comparação ao cárcere comum, mas permanece atravessada por limitações estruturais e institucionais significativas. Esses autores ajudam a problematizar a lógica que sustenta a execução penal, evidenciando que, mesmo em modelos considerados mais humanizados, como a APAC, persistem mecanismos de segregação e controle que desafiam a efetividade da ressocialização.

Em relação ao objetivo geral da pesquisa, constatou-se que a APAC de Guanhães, embora seja reconhecida pelos participantes como um espaço mais humano, organizado e menos violento do que o sistema prisional comum, ainda enfrenta obstáculos significativos que impactam diretamente sua efetividade como política pública de execução penal. O modelo apaqueano, tal como vivenciado na unidade estudada, permanece dependente de financiamento instável, de apoio insuficiente do poder público e de uma infraestrutura marcada por limitações físicas, escassez de recursos materiais e quadro de pessoal reduzido, o

que tensiona a promessa de um cumprimento de pena verdadeiramente diferenciado.

No que se refere aos objetivos específicos, os dados evidenciam, em primeiro lugar, um conjunto de desafios e limitações estruturais. Os participantes reconhecem a existência de esforços administrativos e de boa vontade por parte da equipe, mas apontam a insuficiência de recursos, o peso do preconceito social, a participação irregular das famílias e a forte dependência do trabalho voluntário como fatores que fragilizam o funcionamento cotidiano da unidade. Tais elementos indicam que a APAC, isoladamente, não é capaz de superar a precariedade estrutural que marca o sistema penitenciário brasileiro, pois permanece inserida em uma lógica mais ampla de subfinanciamento e marginalização das políticas voltadas à população privada de liberdade.

Em segundo lugar, verificou-se que as práticas de espiritualidade, trabalho e estudo são quase unanimemente avaliadas de forma positiva pelos recuperandos, sendo consideradas fundamentais para organizar a rotina prisional, produzir sentido para o cumprimento da pena e sustentar processos de reconstrução simbólica de si. Ao mesmo tempo, a literatura e a própria análise dos dados sugerem que essa forte adesão não pode ser interpretada apenas como algo bom: ela também expressa exigências disciplinares e mecanismos de controle moral e subjetivo presentes no método apaqueano, nos quais a demonstração de engajamento em atividades religiosas, laborais e educativas se converte em critério de reconhecimento, confiança e acesso a determinados benefícios.

Por fim, os resultados indicam a permanência de contradições importantes entre o discurso e a prática da ressocialização. Embora a maior parte dos participantes reconheça que a experiência na APAC é melhor do que no sistema prisional comum, uma parcela relevante aponta descompassos entre a promessa de reconstrução integral do sujeito e as dificuldades concretas enfrentadas, sobretudo após a saída da unidade, quando retornam a um contexto marcado por pobreza, estigma, ausência de políticas de apoio ao egresso e escassez de oportunidades de trabalho formal. Em síntese, a pesquisa revela que a APAC de Guanhães produz condições mais dignas e menos violentas de cumprimento de pena, mas permanece atravessada por limites estruturais e políticos que colocam em questão o alcance efetivo de seu projeto de ressocialização.

Em síntese, o estudo revela que a APAC de Guanhães representa um avanço em relação ao cárcere tradicional, mas ainda opera dentro dos limites impostos pelo próprio sistema penal brasileiro, como o estigma social, a falta de políticas de reinserção e a insuficiência de recursos públicos. Assim, seu potencial humanizador não pode ser interpretado como solução definitiva, mas como um modelo que precisa ser continuamente

fortalecido, monitorado e integrado a políticas públicas. Entre as principais limitações deste estudo, destaca-se, primeiro, o número de participantes. Embora seja adequado para a realidade da unidade pesquisada, ele não permite garantir que todos os perfis presentes na instituição estejam representados, o que reduz a possibilidade de generalizar os resultados. Além disso, as respostas analisadas são apenas de pessoas que ainda estão cumprindo pena na APAC, o que pode influenciar suas avaliações seja pela expectativa de manter benefícios, seja pelo desejo de atender ao discurso oficial da ressocialização. Soma-se a isso a falta de entrevistas mais aprofundadas, o que dificultou a exploração de aspectos subjetivos mais complexos, como dúvidas, conflitos internos ou críticas que nem sempre aparecem em questionários estruturados. Apesar dessas limitações, os resultados continuam válidos para o contexto estudado; eles apenas delimitam o alcance da pesquisa e mostram a importância de estudos futuros que ampliem o número e a diversidade de participantes, incluam egressos e utilizem métodos qualitativos mais detalhados, capazes de revelar aspectos menos visíveis da experiência no método apaqueano. Recomenda-se que trabalhos posteriores aprofundem a temática por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com recuperandos e egressos, de modo a acompanhar os desdobramentos da reintegração social após a saída da APAC e identificar continuidades e rupturas na trajetória pós-cárcere. Também se indica a necessidade de estudos comparativos entre diferentes APACs de Minas Gerais, buscando compreender em que medida o nível de apoio do poder público (financeiro, técnico e político) produz discrepâncias na qualidade da execução penal e nos resultados de ressocialização.

Como contribuição concreta, este trabalho oferece uma análise crítica situada da APAC de Guanhães, superando abordagens exclusivamente elogiosas ou meramente descritivas do método. Ao evidenciar simultaneamente suas potencialidades e limitações, a pesquisa contribui para o campo da Administração Pública ao problematizar a efetividade de políticas públicas executadas por meio de parcerias com o terceiro setor.

Além disso, o estudo fornece subsídios empíricos que podem auxiliar gestores públicos, operadores do sistema de justiça e a própria instituição na formulação de estratégias voltadas ao fortalecimento do financiamento, à ampliação de políticas de apoio ao egresso e à consolidação de redes intersetoriais de assistência social, educação e trabalho. Dessa forma, o trabalho não apenas analisa a realidade, mas oferece elementos para seu aprimoramento.

Além disso, futuras pesquisas podem investigar de maneira mais sistemática o impacto de parcerias externas, do trabalho voluntário e de políticas sociais articuladas ao método apaqueano, analisando como essas redes ampliam ou limitam as oportunidades concretas de reconstrução de vínculos, acesso a trabalho e proteção social. Outro eixo

promissor refere-se à análise do papel da espiritualidade no método, especialmente no modo como ela afeta a formação subjetiva dos recuperandos, incentiva o autogoverno e atua como elemento de controle moral no dia a dia institucional. Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para o debate sobre alternativas penais mais justas e humanas, oferecendo subsídios para o aprimoramento da APAC de Guanhães e para a formulação de políticas de execução penal que combinem garantia de direitos, responsabilização e redução de danos produzidos pelo encarceramento.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. **Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios**. Revista USP, São Paulo, n. 10, p. 70–85, 1991.
- ALMEIDA, A. N.; OLIVEIRA, J. R. O sistema APAC como alternativa ao sistema carcerário tradicional. **Revista Vox**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 1–15, 2024.
- ALMEIDA, Ariane de Brito; SANTANA JUNIOR, Maurino Fonseca; ROCHA, Evani Cavalcante de Souza. **As políticas públicas de ressocialização e os impactos das necropolíticas**. [S.l.]: [s.n.], 2024. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/60>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Estudo de caso na pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Líber Livro, 2005.
- ARAÚJO, L. dos S.; ANDRADE, D. A. da C.; SILVA, D. L. B. da; BEZERRA, M. S. Hospitalidade e reintegração social de pessoas apenadas: um estudo de caso em um centro de reabilitação que adota o método APAC. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 21, n. 1, 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Difusão do Método APAC**. Brasília, 2023.
- CAVALCANTI, Kayo Marcos Moraes; MACHADO, Matheus da Cunha; QUEIROZ, Carla. Políticas públicas e ressocialização. [S.l.]: [s.n.], 2023. **Trabalho acadêmico** (Curso de Direito).
- DADOS estatísticos do sistema penitenciário – 17º Ciclo do SISDEPEN, referentes ao período de julho a dezembro de 2024. Brasília: **SENAPPEN, 2024**. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2o-semester-de-2024.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário – **17º Ciclo do SISDEPEN**, referentes ao período de julho a dezembro de 2024. Disponível em: [/https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2o-semester-de-2024.pdf](https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2o-semester-de-2024.pdf). Acesso em: 25 jul. 2025.
- DEMBOGURSKI, L. S. de S.; OLIVEIRA, D. D. de; DURAES, T. F. N. **Análise do processo de ressocialização: o método da Associação de Proteção e Assistência a Condenados**. Revista de Ciências Sociais, v. 34, n. 48, p. 131-154, 2021.

DÓRIA, Cibele. **O método APAC e a dignidade da pessoa humana: a efetivação dos direitos humanos no cumprimento da pena privativa de liberdade.** Revista da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 7–25, 2020.

FERNANDES, C. R. Análise da APAC de Pouso Alegre-MG na percepção dos dirigentes e recuperandos. **Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais**, v. 22, n. 1, p. 41-48, 2021.

FERREIRA, V. **Novos rumos na execução penal: a experiência da APAC.** Belo Horizonte: Editora Fórum, 2015. (Obs.: se não for essa editora/cidade, substituir pela correta.)

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

FRATERNIDADE BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (FBAC). **Manual do Método APAC.** São José dos Campos: FBAC, s.d.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAHNE, B. C.; FELICÍSSIMO, J. E. Repensando o cumprimento de pena: o papel das APACs na superação da inconstitucionalidade do sistema prisional brasileiro. **ARACÊ – Direitos Humanos em Revista**, v. 7, n. 5, p. 22138-22146, 2025.

HAHNE, Beatriz Cruz; FELICÍSSIMO, Júlia Egydio. Repensando o cumprimento de pena: o papel das APACs na superação da inconstitucionalidade do sistema prisional brasileiro. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 5, p. 22138–22146, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev7n5-072>. Acesso em: 25 jul. 2025.

LAURO, C. da S. C.; SERVIO, C. M. da S.; PACHECO, F. J. M. A APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – como mecanismo de ressocialização do apenado no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 10, p. 2965-2984, 2023.

MACEDO, M. **Sistema penitenciário brasileiro e dignidade humana.** [S.l.]: [s.n.], 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS (MPGO). **Por meio de articulação do MPGO, estrutura da 1ª unidade prisional na metodologia APAC do Estado é inaugurada em Paraúna.** Goiânia, 2024.

NASCIMENTO, A. B.; RODRIGUES, C. D. **Trabalho sobre o método APAC e**

**ressocialização.** [S.l.]: [s.n.], 2020.

OLIVEIRA, C.; RIBEIRO, M. L. de O. **O mito da ressocialização e o sistema prisional brasileiro: uma análise crítica.** 2019.

PEREIRA, Luciano Meneguetti. O Estado de Coisas Inconstitucional e a violação dos direitos humanos no sistema prisional brasileiro. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos – RIDH**, Bauru, v. 5, n. 1, p. 167–190, jan./jun. 2017.

PIMENTA, B. E.; FONSECA, G. G. da. **O método APAC: o resgate da humanização no processo de execução penal.** *Psicodebate – Psicologia, Direito e Sociedade*, v. 4, n. 2, 2018.

PIMENTA, Brenda Estefane; FONSECA, Gema Galgani da. O método APAC: o resgate da humanização no processo de cumprimento de pena de condenados. **Revista Psicologia e Saúde em Debate**, v. 4, n. 2, p. 42–56, jul. 2018.

RUDNICKI, D. **Contra o método APAC: “novas” alternativas na execução penal.** *Revista de Direito Mackenzie*, São Paulo, 2021.

RUDNICKI, Dani. **Contra o método APAC: “novas” alternativas na execução penal.** *Revista Direito Mackenzie*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 1–25, 2021.

SILVA, João Marcos da. **Ressocialização ou controle? Um olhar crítico sobre o discurso penal no Brasil.** *Revista Brasileira de Políticas Criminais*, v. 5, n. 2, p. 45–68, 2023.

SILVA, Roberta Gomes da. **Ressocialização ou controle? Uma análise crítica do discurso penal brasileiro.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 38, n. 111, p. 45–62, 2023.

TOZONI-REIS, Maria da F. C. **Pesquisa qualitativa e prática pedagógica.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 35–53, 2010.

TRINDADE, L. P.; RAMOS, C. F. A. **Método APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados como alternativa à crise penitenciária no Brasil.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 8, n. 11, p. 2090-2106, 2022.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

WAQUANT, Loïc. **As prisões da miséria.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal.** 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZAMBA, E. G. S. **APAC e direitos humanos: tensões, contradições e contrastes de uma**

prisão neodisciplinar. São Paulo: Dialética, 2022.

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –  
TCLE**

**Título da pesquisa:** Um Estudo Crítico do Modelo APAC a partir da Unidade de Guanhães (MG)

**Pesquisador responsável:** Pedro Henrique Fagundes Ayres Vieira

**Curso e instituição de ensino:** Bacharel em Administração – Instituto Federal de Minas Gerais – Campus São João Evangelista.

**Email:** pfagundes586@gmail.com

**Telefone:** (33) 98895 – 7337

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa acima citada. Este estudo tem como objetivo analisar os desafios, limitações e contradições enfrentados pela unidade da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Guanhães (MG), especialmente no que se refere à proposta de ressocialização dos apenados.

Caso aceite participar, você será convidado(a) a responder uma entrevista estruturada com perguntas relacionadas ao funcionamento da APAC, às ações de ressocialização e às dificuldades enfrentadas. A entrevista poderá ser gravada com sua autorização prévia e terá duração média de 30 a 60 minutos.

Não há riscos físicos ou psicológicos diretos associados à sua participação. A qualquer momento, você poderá interromper sua participação sem prejuízo algum. Os dados coletados servirão exclusivamente para fins acadêmicos e poderão contribuir para a melhoria de práticas administrativas e de políticas públicas voltadas à execução penal.

As informações fornecidas serão mantidas em sigilo e utilizadas apenas para fins desta pesquisa. Nenhum dado pessoal ou que permita sua identificação será divulgado. Para garantir o anonimato, serão usados nomes fictícios ou códigos nas transcrições. A sua participação é totalmente voluntária. Você tem o direito de recusar ou desistir a qualquer momento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo ou penalidade. Caso tenha dúvidas sobre a pesquisa ou deseje mais informações, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pelos meios indicados no início deste documento.

Declaro que li e compreendi todas as informações acima, fui esclarecido(a) sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, e aceito participar voluntariamente.

Nome do(a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2025

Nome do(a) pesquisador: Pedro Henrique Fagundes Ayres Vieira

Assinatura do(a) pesquisador(a): \_\_\_\_\_

## ANEXO A – Questionário – Pesquisa TCC

**Título:** Um Estudo Crítico do Modelo APAC a partir da Unidade de Guanhães (MG)

**Pesquisador:** Pedro Henrique Fagundes Ayres Vieira

**Professora:** Paula Fernandes Moura

**Curso:** Bacharel Administração – IFMG/SJE

### Parte 1 – Perfil do Entrevistado

1. Qual a sua função na APAC de Guanhães?

- Gestor(a)
  - Voluntário(a)
  - Recuperando(a)
  - Outros:
- 

2. Há quanto tempo você atua ou participa da unidade?

- Menos de 1 ano
- De 1 a 3 anos
- Mais de 3 anos

### Parte 2 – Estrutura e Funcionamento

3. Os principais desafios estruturais da APAC de Guanhães são bem administrados pela unidade.

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Neutro
- Concordo
- Concordo Totalmente

4. Os recursos disponíveis (financeiros, materiais e humanos) são suficientes para manter o funcionamento da unidade.

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Neutro
- Concordo

Concordo Totalmente

**Parte 3 – Ressocialização e Rotina**

5– As atividades de espiritualidade contribuem para a ressocialização dos recuperandos.

Discordo Totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo Totalmente

6 – As atividades de trabalho contribuem para a ressocialização dos recuperandos.

Discordo Totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo Totalmente

7 – As atividades de estudo e oficinas contribuem para a ressocialização dos recuperandos.

Discordo Totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo Totalmente

8. As práticas realizadas na unidade têm impacto positivo na vida dos recuperandos.

Discordo Totalmente

Discordo

Neutro

Concordo

Concordo Totalmente

9. Há diferença significativa no tratamento e no ambiente da APAC em relação ao sistema prisional comum.

Discordo Totalmente

- Discordo
- Neutro
- Concordo
- Concordo Totalmente

#### **Parte 4 – Limitações e Contradições**

10. Quais dificuldades a APAC de Guanhães encontra para aplicar plenamente sua metodologia?

- Falta de apoio do poder público
- Preconceito social
- Recursos limitados
- Resistência de recuperandos
- Outros: \_\_\_\_\_

11. Você percebe contradições entre o discurso da ressocialização e a prática cotidiana na unidade?

- Discordo Totalmente
- Discordo
- Neutro
- Concordo
- Concordo Totalmente

Se sim, quais?

---

#### **Parte 5 – Sugestões e Futuro**

12. Que melhorias você considera necessárias para fortalecer o trabalho da APAC de Guanhães?

---

13. Na sua opinião, o modelo APAC é uma alternativa real ao sistema prisional comum? Por quê?